

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

RUAN MARCUS DE JESUS PINHEIRO FERREIRA

**SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DO ALUNO DO
CURSO DE PSICOLOGIA DA UFMA: O Projeto Escuta**

São Luís
2018

RUAN MARCUS DE JESUS PINHEIRO FERREIRA

**SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DO ALUNO DO
CURSO DE PSICOLOGIA DA UFMA: O Projeto Escuta**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia. (Formação de Psicólogo).

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Maia Lameira

São Luís

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Ferreira, Ruan Marcus de Jesus Pinheiro.

SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DO ALUNO DO
CURSO DE PSICOLOGIA DA UFMA : O Projeto Escuta / Ruan
Marcus de Jesus Pinheiro Ferreira. - 2018.

44 f.

Orientador(a): Valéria Maia Lameira.

Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Extensão universitária. 2. Formação do psicólogo.
3. Prática clínica. I. Lameira, Valéria Maia. II.
Título.

RUAN MARCUS DE JESUS PINHEIRO FERREIRA

**SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DO ALUNO DO
CURSO DE PSICOLOGIA DA UFMA: o Projeto Escuta**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia. (Formação de Psicólogo).

Aprovada em: __/__/2018

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Valéria Maia Lameira (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Maria da Conceição Furtado Ferreira
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Isalena Santos Carvalho
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Denise Bessa Léda (Suplente)
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

A construção desta monografia foi um percurso árduo, no qual pude contar com a presença de inúmeras pessoas. Na vida, nós não conseguimos chegar a lugar nenhum sem a construção de laços que nos permitam ir um pouco mais adiante. Por isso, dedico esta seção para registrar minha gratidão a todos que de alguma forma contribuíram no meu percurso de formação.

Aos meus pais, por seu carinho, amor e paciência.

Ao meu pai, Adelma Ferreira Filho, pelo apoio, compreensão e questionamentos. Por me mostrar que nossas escolhas têm consequências pelas quais somos responsáveis.

À minha mãe, Benedita do Espírito Santo Pinheiro, por acreditar na minha capacidade e inteligência – às vezes mais do que eu. Pelas conversas sobre o futuro e pela presença terna.

Ao meu irmão, Mateus Mariano Pinheiro Ferreira, pela convivência e paciência com a bagunça. Pelas conversas descontraídas, brincadeiras e companheirismo no dia-a-dia. Por sempre poder contar contigo.

A Norah, pelo olhar questionador e pela presença carinhosa.

A Gabriel Oliveira, pela presença, cuidado e companheirismo. Por sempre acreditar no meu potencial. Pelas brincadeiras e conversas sobre série. Obrigado por compartilhar esse percurso comigo.

Às minhas tias e à minha avó, que sempre me incentivaram a leitura e me impulsionaram a buscar crescimento através da educação.

À professora Valéria Maia Lameira, por encarar seu trabalho de professora com um olhar clínico. Pelo trabalho no Escuta, espaço cuja articulação deve muito a sua responsabilidade com a transmissão da clínica psicanalítica. Agradeço pela aposta que fez ao aceitar me receber no Estágio, no Projeto Escuta e como orientando de monografia. Pela orientação deste trabalho, que depois de muitas idas e vindas minhas, conseguimos concluir. Obrigado pela atenção, disponibilidade e franqueza.

Às professoras Isalena Santos Carvalho e Maria da Conceição Furtado Ferreira, pelas contribuições que fizeram na escrita deste trabalho e durante meu percurso na graduação. Por aceitarem participar da minha banca de defesa.

Às professoras Denise Bessa Léda e Carla Vaz dos Santos Ribeiro, pela oportunidade que me deram de participar do Grupo de Pesquisa GEREUNI. Por me

incluírem do mundo da Pesquisa e me a apresentarem um ponto de vista mais crítico sobre a realidade.

A Samiris Costa da Silva, que desde o dia em que me conheceu, perdido em uma parada de ônibus, tem ajudado a me situar no mundo. Por dividir comigo as alegrias e dores da vida, pelos momentos de estudo e viagem na teoria. Obrigado, amiga, pela escuta atenta e assertiva.

A Andresa Barros Santos, a “diva”, por compartilhar as dificuldades da conclusão da graduação comigo. Pelo suporte que me deu em alguns percalços e pelos sorrisos.

Aos amigos da turma 2011.1 do curso de Psicologia: Rayane Campos, Stephanie Matos, Camila Bessa, Luís Gustavo Sodré, Adrienne Almeida, Maurícia e Leandro Saldanha por participarem da aventura que é uma graduação em Psicologia.

A Diana e a Danilo, pelo apoio e força, pelas brincadeiras e saídas. Vocês fazem a diferença!

As amigas psicólogas Yullia Souza e Ana Karina Ribeiro.

A Soraya Carvalho, pela amizade que permanece desde o estágio no Mestrado em Ciências Sociais e por podermos conversar sobre qualquer coisa.

Às minhas amigas de trabalho no Projeto Escuta e Estágio: Marianne Ferreira, Júlia Padilha, Luiza Naue. Em especial a Samiris Silva, Jordana Santos Cardoso, Girlane Oliveira e Deborah Pinheiro, por compartilharem comigo da construção de um trabalho clínico com responsabilidade e comprometimento. Nossas discussões foram motivadoras também da escrita deste trabalho.

À Nossa Senhora, que intercede por todos nós.

A Deus, início e fim de tudo.

“[...] E incidentalmente não desprezemos a palavra. Afinal de contas, ela é um instrumento poderoso; é o meio pelo qual transmitimos nossos sentimentos a outros, nosso método de influenciar outras pessoas. As palavras podem fazer um bem indizível e causar terríveis feridas. Sem dúvida ‘no começo foi a ação’ e a palavra veio depois; em certas circunstâncias ela significou um progresso da civilização quando os atos foram amaciados em palavras. Mas originalmente a palavra foi magia - um ato mágico; e conservou muito de seu antigo poder.”

(Freud)

RESUMO

Este trabalho busca discutir como as práticas de Extensão podem contribuir para a formação dos alunos de Psicologia da UFMA. Para isso, situamos a Extensão a partir de uma contextualização histórica que destaca alguns dos eventos e atores sociais importantes no percurso de consolidação de tal prática universitária. A seguir, identificamos o Projeto Escuta como um espaço que permitiu aos discentes de psicologia da UFMA a vivência de uma prática clínica supervisionada a partir do referencial psicanalítico, situando, a partir da teoria e da experiência, como se dava tal prática. Assim, concluímos que a passagem por essa experiência permitiu aos extensionistas fazer algumas articulações sobre como o psicólogo pode sustentar sua prática a partir da psicanálise.

Palavras-chave: Formação do psicólogo. Extensão universitária. Prática clínica.

ABSTRACT

This work intends to discuss how Extension practices can contribute to the training of UFMA psychology students. Thereunto, we situate the Extension starting from an historic contextualization which highlights some of the important events and social actors in path of consolidation of this university practice. Next, we identify the “Projeto Escuta” like a space which allows to UFMA psychology students the experience of a supervised clinic practice based on the psychoanalytic reference, situating, from theory and experience, the way it occurs in the real experience. Therefore, we conclude that this experience allows the extension students make articulations about how the psychologist can sustain its practice based on psychanalyses.

Key-words: Psychologist training. University Extension. Clinic practice.

LISTA DE ABREVIATURAS

CONSEPE	– Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFMA
CRUTAC	– Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
DEPSI	– Departamento de Psicologia da UFMA
AEPM	– Associação Escola de Psicanálise do Maranhão
EUA	– Estados Unidos da América
FORPROEX	– Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FUM	– Fundação Universidade do Maranhão
IES	– Instituições de Ensino Superior
IFES	– Institutos Federais de Ensino Superior
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEVE	– Núcleo de Extensão da Vila Embratel
NPA	– Núcleo de Psicologia Aplicada
REUNI	– Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UEL	– Universidade Estadual de Londrina
UFAL	– Universidade Federal de Alagoas
UFAM	– Universidade Federal do Amazonas
UFC	– Universidade Federal do Ceará
UFES	– Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	– Universidade Federal de Goiás
UFMA	– Universidade Federal do Maranhão
UFMT	– Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	– Universidade Federal do Pará
UFPB	– Universidade Federal da Paraíba
UFPE	– Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	– Universidade Federal do Piauí
UFPR	– Universidade Federal do Paraná
UFRJ	– Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	– Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	– Universidade Federal de Sergipe
UFSC	– Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	– Universidade Federal de Santa Maria

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	13
2.1	A política de Extensão Universitária	19
3	O PROJETO ESCUTA	25
4	CONCLUSÃO.....	35
	REFERÊNCIAS	37
	ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 259/2002-CONSEPE	41
	ANEXO B – BIBLIOGRAFIA BÁSICA	42

1 INTRODUÇÃO

O interesse na escrita deste trabalho surgiu como consequência da minha participação no Projeto Escuta, um projeto de Extensão que ofereceu atendimento psicológico a segmentos carentes da sociedade e possibilitou aos estudantes de Psicologia da UFMA a experiência de uma prática clínica supervisionada a partir do referencial psicanalítico.

A Extensão como atividade universitária tem sua base legal no art. 207 na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que dispõe que as Universidades possuem autonomia didática, administrativa e de gestão patrimonial e se submetem ao princípio de indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Destaca-se que o fazer universitário se assenta nesse tripé pesquisa-ensino-extensão. O Ensino é a dimensão formativa da universidade. A Pesquisa constrói o conhecimento científico, a partir de embate com a literatura e campo, já a Extensão se encontra numa esfera de articulação entre o conhecimento e as demandas da sociedade contemporânea, numa ênfase mais prática, resignificando o conhecimento teórico a partir de uma compreensão ético-político-social (MOITA; ANDRADE, 2009).

O Escuta, enquanto projeto de Extensão, foi uma iniciativa que promoveu uma das funções básicas de qualquer instituição pública: o estabelecimento de um laço com a sociedade. De acordo com Scheidemantel, Klein e Teixeira (2004), a extensão é uma via de mão-dupla entre Universidade e Sociedade. A primeira se enriquece com os saberes comunitários, além de possibilitar aos graduandos uma formação mais cidadã, participativa voltada ao social e, portanto, uma forma de enriquecimento curricular; a segunda tem a possibilidade de acesso e participação – possibilidade que é muitas vezes negada por conta de fatores financeiros e sociais – da produção do conhecimento.

Ao longo do meu percurso na Graduação em Psicologia, o Escuta foi um momento muito importante, acredito também que foi relevante para vários de meus colegas concluintes e egressos, já que que víamos no Escuta a tanto a possibilidade de confrontação com o a prática clínica quanto o encaminhamento de uma questão muito importante para nossa formação profissional: como os psicólogos podem se utilizar da psicanálise em sua prática clínica? O encaminhamento dessa questão nos

leva a vislumbrar o significado e importância que esse projeto teve dentro de nosso curso.

Assim, a escrita deste trabalho visa discutir de que maneira a Extensão pode contribuir formação dos alunos de Psicologia da UFMA. Para isso, faremos um breve apanhado histórico a partir da literatura sobre como a Extensão tem se construído no Brasil e qual tem sido o seu papel junto a Universidade e Sociedade. Em seguida, faremos uma exposição da experiência no Projeto Escuta, exposição que sustentaremos a partir da teoria psicanalítica, com o objetivo de demonstrar como o Escuta pôde contribuir para a formação dos alunos de Psicologia da UFMA.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Situaremos, nesta seção do trabalho, a Extensão, fazendo uma contextualização histórica que destaca alguns dos eventos e atores sociais importantes no percurso de consolidação de tal prática universitária.

As primeiras atividades universitárias que podem ser consideradas como extensão remontam ao século XIX. Nesse período, como consequência das demandas sociais e da crescente industrialização, o modelo de educação, até então voltado majoritariamente para a formação acadêmica das elites, modificou-se visando incluir algum tipo de prestação de serviços às comunidades. Ocorreu a criação de cursos de formação técnica na Inglaterra, de universidades populares pela Europa e de cursos livres e programas de difusão cultural. Tais práticas correspondem ao dito “modelo inglês” de extensão, que visava a socialização do saber obtido pela pesquisa científica com as classes menos favorecidas (SOUSA, 1996; SILVA, 2013).

Nos Estados Unidos da América (EUA), a primeira prática que pode ser definida como extensão foi a de leituras abertas realizadas pela *Columbia College*. Nesse país a extensão era marcadamente voltada à prestação de serviços, como o apoio técnico fornecido aos produtores agrícolas, a promoção de cursos profissionalizantes e a difusão teórico-científica voltada a uma educação liberal.

Na América Latina, um marco fundamental para a história das Universidades foi o Manifesto de Córdoba de 1918, no qual o movimento estudantil da Argentina se posicionou contra o conservadorismo presente no ambiente universitário e pediu a abertura da Universidade ao povo e aos problemas sociais latino-americanos. Dentre as diversas reivindicações do Manifesto, também constavam a extensão da Universidade para além dos seus limites, difusão da cultura universitária e a abertura da universidade ao povo (FREITAS NETO, 2011).

A partir desse movimento a Universidade na América Latina teve de se confrontar com a realidade social marcada pelas consequências dos colonialismos europeu e norte-americano, bem como pelo atraso decorrente do fechamento das Instituições de Ensino superior às classes menos favorecidas. As primeiras práticas que resultaram dessa mobilização estudantil foram a realização de cursos de alfabetização, assessoria de sindicatos e empresas e, atividades estruturadas de difusão cultural (SILVA, 2013).

A Universidade Brasileira, por sua vez, se caracterizou, desde sua criação, pela primazia da função de ensino que atendia majoritariamente às aspirações do Estado e de determinados grupos sociais dominantes – as elites. Assim, a dimensão universitária do compromisso social, o cerne das reivindicações do Manifesto de Córdoba, era incipiente, visto que a Universidade não satisfazia as demandas populares.

As primeiras práticas brasileiras de extensão ocorreram de maneira dispersa e não institucionalizada. Como exemplos dessas iniciativas, citamos: os cursos formativos de temas variados ministrados pela Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo entre 1914 e 1917. A assistência técnica, bem como cursos, seminários, semanas de estudo e divulgação de resultado de pesquisas, foram iniciativas destinadas aos agricultores e ofertadas pela Escola de Agricultura e Veterinária de Lavras e pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa (SILVA, 2013; FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012).

Podemos dizer que essas realizações da Universidade brasileira contemplavam a definição de uma Universidade do povo, voltada para as demandas sociais? Apesar de ir ao encontro de demandas reais, essas iniciativas ainda restringiam a atuação da universidade e não promoviam a abertura ao povo, já que o que ocorria era uma prestação de serviços que visava, de modo geral, formação e incremento das forças produtivas rurais e urbanas. Ou seja, a Universidade continuava atendendo aos interesses das elites.

Diante de tal cenário, os movimentos estudantis eram representantes dos grupos que lutavam por determinados avanços na esfera universitária nacional; estavam no cerne do processo gerador das novas práticas de Extensão no Brasil (SOUSA, 1996). A União Nacional dos Estudantes (UNE) – fundada em 1938 – encabeçou a exigência de uma reforma universitária brasileira com anseios de ampliação da participação popular, maior compromisso social e a criação de uma relação de interação entre Universidade e sociedade – ideais presentes no Manifesto Argentino de 1918.

Dentre as diretrizes que a UNE propôs para a reforma universitária, destacou-se a democratização do ensino, que visava possibilitar à população maior acesso à educação em todos os níveis. A UNE propôs também uma série de ações que já tratavam da relação entre sociedade e Universidade, sendo algumas: cursos

de alfabetização de adultos, curso para líderes sindicais nas Faculdades de Direito; criação de escritórios de assistência jurídica, médica, odontológicas e técnica (referente a habitações e saneamento de vilas e favelas) voltados ao atendimento das classes desvalidas e serviços direcionados aos órgãos governamentais para a promoção de pesquisas topográficas e demográficas (SILVA, 2013).

O que ora sublinhamos é justamente a importância dos movimentos estudantis como responsáveis por grande parte da organização de lideranças preocupadas com o futuro social, cultural, econômico e político do Brasil. Eles trouxeram embasamento ideológico a favor da luta de classe dos oprimidos e de uma Universidade a favor do povo e da transformação social.

Com a instauração do Golpe Civil-Militar em 1964, as lutas dos movimentos estudantis pela democratização da educação e da Universidade passaram a sofrer grande repressão. O Regime Militar extinguiu a UNE através da Lei nº 4.464/1964, ela teve então sua sede incendiada e passou a atuar na clandestinidade (SOUSA, 1996).

Após a dissolução da UNE, a reforma universitária, que tanto foi reivindicada, ocorre em 1968, através da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968). Promovida pelo regime militar, a reforma capturou as reivindicações do movimento estudantil esvaziando sua conotação política. Assim a Lei nº 5.540/1968 institucionalizou a extensão, no art. 40:

[...] as instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (BRASIL, 1968).

Notamos que embora a reforma de 68 tenha excluído a articulação e abertura entre Universidade e Sociedade ensejada pela UNE, ela propôs oportunidade de educação, ainda que a serviço dos interesses do Estado (ALMEIDA, 2011), trazendo o foco para a promoção de serviços, como vemos na Lei nº 5.540/1968, em seu art. 20: “[...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968).

Como exemplos de ações de Extensão resultantes da Lei nº 5.540/1968, tivemos o Projeto Rondon e o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC). O projeto Rondon teve esse nome em virtude de sua primeira ação, a Operação Rondon (1967): o deslocamento de 30 alunos e 2 professores do Rio de

Janeiro para a região de Rondônia, a fim de empreender a integração nacional, serviços à comunidade e treinamento profissional.

Esta iniciativa, de acordo com Almeida (2011), não era simplesmente uma atividade de Extensão Universitária, mas estava ligada a uma política de Segurança Nacional, ao Ministério do Interior e à defesa do território nacional. O Estado Militar precisava mobilizar e capturar as lideranças estudantis para afastá-las dos ideais de contestação do regime. Deste modo, o Projeto Rondon foi extinguido em 1989 e ressurgiu após essa data como Associação Nacional dos Rondonistas.

Destacamos o nome do professor Onofre Lopes, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) de 1959 a 1971, no que diz respeito aos interesses das comunidades rurais (interiorização universitária através da extensão). Foi ele o idealizador do CRUTAC, responsável pela articulação e formação dos profissionais das Universidades com as demandas da população rural. O CRUTAC não demorou a se estender para outros campos de saber – constituídos por alunos concludentes que prestavam estágio dentro de uma dinâmica interdisciplinar de oferta de serviços à comunidade – e passaram a atender demandas e promover o desenvolvimento de outras comunidades que não apenas a rural.

Os CRUTACS, seguindo a proposta de “uma Universidade a serviço do povo” tiveram um viés assistencialista e pretendiam dar respostas às necessidades reais das comunidades (nas áreas de saúde, educação, saneamento), contudo, não promoviam uma interação, uma troca concreta entre Universidade e sociedade, já que a primeira ocupava a posição clara de detentora de saber que oferece benesses à segunda (SOUSA, 1996).

Os CRUTACS, embora não tenham sido idealizados pelo Regime Militar, acabaram sendo adotados pela política de Segurança Nacional própria da época. Tal relação é mais crível ainda se considerarmos que a zona rural, sobretudo no Nordeste, foi palco de conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários de terras, havendo presença da falsa “ameaça subversiva comunista”. Quer dizer, no caso de embate entre uma Universidade que se aliasse aos trabalhadores rurais e aos desvalidos diante das lutas sociais, os CRUTACs interviriam como “postos avançados”, com apoio não só do governo militar, mas de Universidades dos EUA e do próprio Departamento de Estado do Governo Americano. Eles funcionaram como ponto de captura, de distração do povo através das benesses oferecidas. (ALMEIDA, 2011; SILVA, 2013).

A primeira experiência de CRUTAC se deu no Rio Grande do Norte, como já descrito, espalhando-se principalmente pelo Nordeste e atingindo outras regiões do país, vejamos: Pernambuco (UFPE), Ceará(UFC), Sergipe (UFS), Pará (UFPA), Amazonas (UFAM), Paraíba (UFPB), Alagoas (UFAL), Espírito Santo (UFES), Rio de Janeiro (UFRJ), Paraná (UEL e UFPR), Rio Grande do Sul (UFSM), Santa Catarina (UFSC), Goiás (UFG), Mato Grosso (UFMT), Piauí (UFPI) e também no nosso Estado, o Maranhão (UFMA).

De posse deste histórico, afirmamos que O CRUTAC foi uma das primeiras iniciativas de extensão presente em nossa realidade maranhense, além de ser o primeiro contato da Universidade Federal do Maranhão com o interior do Estado.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) se originou da Fundação Universidade do Maranhão (FUM). A FUM, por sua vez, foi formada a partir da Lei nº 5.152/1966 (alterada pelo Decreto-Lei nº 921/1969 e pela Lei nº 5.928/1973), regente das Unidades Federais de Ensino existentes no Maranhão, que em 1966 contava com a Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia; bem como das unidades que constituíam a Universidade Católica do Maranhão – Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Filosofia e Escola de Enfermagem São Francisco de Assis (BESSA et al, 2015). Até 1969 a atividade de extensão da UFMA se deu exclusivamente nos bairros da capital, tendo pequena efetividade diante dos grandes desafios do Estado. Foi a partir de 1969, com a criação do CRUTAC/MA pela resolução da FUM nº 90/1969, que a Extensão se expandiu, passando a atuar no chamado interior maranhense (SILVA, 2013).

Em 1970, a CRUTAC/MA iniciou suas atividades em Pedreiras – Município marcado pela presença do extrativismo de coco babaçu e como polo de comércio. O trabalho teve uma fase de treinamento e uma fase de pesquisa operacional interdisciplinar. Depois desse mapeamento, executavam-se as intervenções, das quais destacamos: organização de serviço de enfermagem de um hospital e treinamento de seus atendentes, visita a pacientes em domicílio e curso oferecidos para parteiras, projeto de construção de fossas, serviço de apoio e dinamização junto a órgãos de classe. Foram executadas também atividade de assistência e educação às prostitutas, como nos ilustra Almeida (2011, p. 261): “[...] dar àquelas mulheres um pouco de dignidade, fazer com que elas se apercebessem enquanto pessoas, com direito e possibilidade de dignidade”.

A atividade do CRUTAC/MA também chegou até o Município de Codó, caracterizado pela sua produção agrícola de arroz, mandioca, milho e feijão. Nessa cidade, destacamos as seguintes ações do projeto: levantamento da situação administrativa e financeira da Prefeitura Municipal, Projeto de Reparcelamento do Posto Médico, Projeto de Melhoria das condições de Saneamento Ambiental através de ações nos Bairros, bem como outras atividades junto às secretarias municipais.

Os CRUTACs, assim como os *campi* avançados do Projeto Rondon tiveram grande relevância enquanto exemplos de atividades do gênero extensão universitária. Mas, além disso, eles também podem ser caracterizados como representantes de uma política do regime militar que buscava a integração nacional, a segurança, a manutenção de um *status quo* (SOUSA, 1996).

Com nosso estudo, reconhecemos as práticas dos CRUTACs como relevantes à criação de uma Universidade aberta ao povo – em uma dimensão de prestadora de serviços à comunidade, contudo a questão que insiste em nos interrogar, diz respeito à efetividade de diálogo entre Universidade e comunidade, ao compromisso do saber universitário com um lugar de fala dos atores sociais, resultado de uma ação transformadora conforme propugnado pelo movimento estudantil.

Ressaltamos que mesmo com a promulgação da Lei nº 5.540/1968 que já definia a Extensão e a colocava como obrigatória nas universidades, não houve grandes mudanças nas práticas que existiam. Ainda se seguia o modelo de prestação de serviços. Os projetos existentes não estavam de acordo com ideais do movimento estudantil de uma integração entre Universidade e sociedade, de troca de saberes, de construção de uma realidade social com espaço às diferenças. É partir da redemocratização do país que tal possibilidade vai tendo horizonte para se consolidar. Isso se dá através da crescente institucionalização da extensão e dos debates concernentes a uma política que a contemple.

2.1 A política de Extensão Universitária

Com a redemocratização (1975-1985) e o fortalecimento da mobilização dos professores – tendo ocorrido inclusive eleição de dirigentes universitários por voto direto – houve a reorganização dos docentes e novos debates sobre o conceito de Extensão foram possíveis e, como consequência disso, avanços em sua institucionalização. Assim, a Extensão passou a ser encarada como mais que uma prestação de serviços ou disseminação de conhecimento e cultura.

O direcionamento da política universitária foi o de cada vez mais se aproximar dos anseios da comunidade. O compromisso, a responsabilidade social passou a ser o eixo articulador. Temos aqui uma perspectiva que integra ensino e pesquisa em uma prática voltada à transformação social. A universidade sai de seus muros, vai além da reprodução e criação de um discurso científico. Parece-nos que finalmente as reivindicações da UNE em sua reforma universitária estavam sendo atendidas, mesmo que apenas no plano da política institucional.

Dentro desse contexto do final da década de 1980 foram criados vários fóruns universitários. As mobilizações dos docentes tiveram grande importância, uma vez que eles lutavam pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pelo papel social da Universidade (SOUSA, 1996).

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão foi criado em 1987 – atualmente Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) – no primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em Brasília.

Nesse encontro foi feita a primeira definição mais ampla do que seria a extensão universitária:

[...] Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, 1987 apud FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012, p. 15).

Notamos que o conceito de Extensão passou a incluir a relevância do papel social da Universidade em uma perspectiva que dialoga e inclui a sociedade. A Constituição de 1988 em consonância com essa definição, propagou em seu art. 207

a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e afirmou ainda no art. 213, §2 que essas atividades poderiam contar com apoio financeiro do poder público (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996 – deve ser considerada um marco que define a educação no Brasil, abrangendo desde a educação infantil até a superior – indica como uma das finalidades da Universidade, a promoção da Extensão como forma da comunidade gozar das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e de pesquisa científica e tecnológica, geradas no contexto universitário e que institui o apoio financeiro à prática extensionista pelo poder público, inclusive na forma de bolsas (BRASIL, 1996).

O FORPROEX firmou em 1998 o Plano Nacional de Extensão que se constituiu como mais um avanço na institucionalização da Extensão em nível nacional. Dentre seus objetivos, destacamos: a unidade entre programas temáticos desenvolvidos nacionalmente, a garantia de recursos financeiros, o reconhecimento pelo poder público de que a Extensão traz em si uma dimensão da concepção de uma Universidade Cidadã e, a viabilidade de intervenção nas grandes demandas sociais do país (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012).

Foi então que no ano de 2012, foi aprovada a Política Nacional de Extensão, após 3 anos em elaboração, pelo FORPROEX. Política essa apresentada no XXXI Encontro Nacional dos Pró-Reitores de Extensão, considerada como um marco atual e fundamental sobre a concepção e diretrizes da Extensão que passa a constar da seguinte maneira:

[...] a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012, p. 28).

A partir de então, a Extensão traça o objetivo de colocar o saber produzido na Universidade em diálogo com o saber da comunidade, prática que visa uma transformação social. Deste modo, a Política Nacional de Extensão define que toda atividade de Extensão deve ser elaborada e implementada a partir das diretrizes estipuladas por ela, que são: Interação dialógica, interdisciplinaridade e

interprofissionalidade; indissociabilidade entre Ensino – Pesquisa – Extensão; impacto na formação do estudante, e impacto e transformação social. Vejamos uma a uma (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012):

- a) interação dialógica: quebra do paradigma no qual a Universidade é detentora de todo o saber e que deve ofertá-lo a comunidade, ensiná-la. A interação entre Universidade e comunidade se dá na construção de um saber novo – uma via de mão dupla – no qual os dois atores do processo tenham sua voz ouvida e respeitada. Essa diretriz se traduz através de metodologias que possibilitem a participação popular de maneira democrática;
- b) interdisciplinaridade e interprofissionalidade: essa diretriz se traduz na busca de uma metodologia de trabalho que possibilite abordar os diferentes problemas sociais de nossa realidade complexa. Assim, se combinam diferentes metodologias, disciplinas e profissionais, a fim de uma visão que combine o específico e holístico;
- c) indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão: aqui temos a reafirmação da Extensão enquanto atividade universitária. Para além disso, a Extensão possibilita ao discente maior protagonismo de sua formação técnica (obtenção de habilidades e competências necessárias à atuação profissional) e cidadã (atuação na garantia de direitos e na transformação da sociedade). Os professores, técnicos e comunidade em geral também são incluídos nesse processo. A relação aluno – professor é expandida da sala de aula para a comunidade. Essa diretriz também propõe a inserção de pós-graduandos na Extensão e a produção acadêmica (artigos, monografias, dissertações e teses) como componentes da extensão;
- d) impacto na formação do estudante: a participação na extensão, deve possibilitar ao discente a ampliação de seu universo de referência bem como contato direto com os problemas sociais contemporâneos. Além de promover o enriquecimento teórico-metodológico dos estudantes, o contato direto com a comunidade que implica questionamentos de ordem ética e política, reafirmando a dimensão cidadã da formação

universitária. A fim de obter esses resultados, todo projeto deve ter: a designação do professor – orientador; os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; a metodologia de avaliação da participação do estudante;

- e) impacto e transformação social: essa diretriz reafirma o caráter político da Extensão Universitária, já que se volta para os problemas da maioria da população, propiciando o desenvolvimento social e regional, bem como o aprimoramento das políticas públicas. É uma diretriz que se traduz nas seguintes características: foco nos problemas e questões nos quais se atua sem desprezar a realidade social na qual estão inseridos; abrangência, com a finalidade de que as atividades ou conjuntos de ações efetuadas seja capaz de propiciar efeitos benéficos transformadores sobre a área, região ou comunidade sobre a qual se atua; efetividade na solução dos problemas. O impacto social não deve se dar apenas sobre a comunidade externa. A própria Universidade, considerada como um ator social, deve se transformar a partir da abertura dialógica e democrática com a comunidade. A troca de saberes, Universidade – comunidade deve ser capaz de ampliar a própria visão da Universidade em relação a sua função social.

Reconhecemos que desde o período da redemocratização (1975-1985) até os dias atuais, a política universitária fez alguns deslocamentos em direção à sustentação do tripé ensino, pesquisa e extensão, conferindo à última, relevância significativa quanto ao compromisso do saber universitário a serviço da comunidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, proporcionaram a interação entre os diversos saberes e metodologias, concedendo, desta maneira, um lugar de encontro entre a Universidade e a complexa organização social brasileira.

A Universidade Pública Federal brasileira passou, sobretudo entre 2003 e 2014, por um processo de expansão; período em que o número de Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) passou de 45 para 63 e o número de *campi*, de 148 para 321. Tanto os cursos presenciais das IFES quanto as vagas ofertadas por esses cursos mais do que duplicaram. Boa parte dessa expansão foi consequência de um programa do governo federal, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e

Expansão das Universidades Federais (REUNI) – criado pelo Decreto nº 6.096, de abril de 2007 – que estabeleceu metas e repasse de verbas para a expansão universitária (BESSA et al, 2015).

Findo o período de maior expansão universitária, chegamos à 2015, no qual o recurso destinado às diversas pastas sociais do governo sofreu cortes imensos. As Universidades Federais passaram a receber 1/18 do que receberam nos anos precedentes. Os cortes foram drásticos e tiveram diversas consequências, como diminuição do número de bolsas, sucateamento de campi, cursos implantados sem laboratórios ou condições suficientes para funcionar (LEDA et al, 2016).

Tantos cortes se asseveraram mais ainda com a queda da presidenta legítima Dilma Rousseff e a diplomação de Michel Temer como presidente da república em exercício. O congresso passou então a aprovar projetos impopulares e que não correspondiam aos anseios da população, como a Reforma trabalhista e a Emenda Constitucional 95 “do teto de gastos”, que limitam por 20 anos os repasses do governo às pastas sociais. A própria consideração dos investimentos sociais como “gastos” denuncia um matiz ideológico do governo em questão: os recursos limitados são justamente, para a saúde, educação, segurança pública, ou seja, àqueles os quais a República teria o dever de garantir aos cidadãos (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2017).

Notamos que a emenda 95, alvo de repúdio de grande parte da sociedade, sacou seu golpe final sobre o orçamento voltado às Universidades Públicas, desprezando o documento da Política Nacional de Extensão de 2012, sobretudo uma questão de políticas públicas. Neste ponto fazemos a observação quanto à prioridade outrora reconhecida à extensão universitária, ao serviço prestado à comunidade deixar de ser garantido e, conseqüentemente implicar no funcionamento deficitário da extensão universitária, já que deixou de contar com o apoio financeiro recebido através de bolsas para os discentes.

Em suma, o trâmite político acabou por abrir uma contradição entre a proposta documental e a prática do extensionista, sobretudo se pensarmos no quanto a extensão é fundamental como aposta, como posicionamento da Universidade diante de seu papel social que deveria articular ensino com pesquisa e, transformar em intervenção junto à comunidade o saber teórico, fazendo interagir o discurso científico e a produção de conhecimento.

Ousamos afirmar que, o povo aprende com a Universidade, e a Universidade também aprende com o povo que incansavelmente mostra determinação frente às dificuldades da vida cotidiana. Comunidade, Professores – Coordenadores e alunos extensionistas experimentam os efeitos do pouco investimento do Estado em relação à educação, à formação universitária e, conseqüentemente aos serviços prestados à comunidade.

Os projetos de extensão parecem funcionar à parte, como se fossem um anexo, um extra, e não peça integrante do tripé que constitui a Universidade, que tem o dever de formar profissionais cidadãos, isto é, com possibilidades de conhecimento das artes e das técnicas de sua área, mas também com engajamento social, empenhado pelo ensino, pela pesquisa, pela confrontação dos saberes com a realidade social. Aqui, deixamos a questão: a extensão, nos moldes da política atual é capaz de possibilitar tal interação?

A indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão definida em nossa Carta Magna esbarra com o baixíssimo investimento e a desvalorização da extensão em prol da vaidade acadêmica que prioriza o número de artigos publicados pelos professores sobrecarregados de horas em salas de aula. Assim, enquanto a produção acadêmica, a pesquisa – que por vezes é feita apenas num viés produtivista “quanto mais melhor” – tem o maior peso, tanto curricular quanto para progressão na carreira docente, para as seleções de pós-graduação e para os currículos dos discentes, menos as práticas extensionistas contam.

Esperamos que o modesto recorte histórico que fizemos até aqui, nos permita ir adiante para avançarmos em questões que acoçam e justificam a escrita desse trabalho de monografia de conclusão do curso de Psicologia, a saber, como a passagem por um Projeto de Extensão como o Escuta pôde contribuir com a formação dos alunos do curso de Psicologia.

3 O PROJETO ESCUTA

Situamos no capítulo anterior a Extensão enquanto processo dialógico entre a Universidade e a comunidade que possibilita aos alunos uma experiência formativa. Essa experiência articula, através de uma prática, os diferentes saberes com a realidade social, enriquecendo a formação dos discentes nas dimensões teórico-metodológica, ética e política.

Vimos também que a indissociabilidade entre Ensino – Pesquisa – Extensão existente em nossa Constituição não tem sido respeitada, uma vez que observamos na Universidade expansão do número de vagas e grande fomento às práticas de Pesquisas seguindo uma lógica cada vez mais produtivista, enquanto a Extensão é colocada de lado. A Universidade Pública brasileira também sofreu uma série de cortes orçamentários, o que prejudicou a execução de suas atividades.

Essas dificuldades enfrentadas pela Educação Superior no Brasil se revelam na UFMA em diferentes aspectos. De acordo com dados fornecidos pelo Departamento de Extensão, existem, na UFMA, 460 projetos de Extensão que são desenvolvidos por 9696 discentes e 1686 docentes. A única forma de apoio financeiro destinado a esses projetos são duzentas bolsas para os extensionistas, pagas com recursos da UFMA. Isso demonstra que a Extensão tem passado por dificuldades em manter seu funcionamento, contudo, o número de projetos e pessoas envolvidas na extensão, revela a insistência dos atores envolvidos em seu funcionamento.

A escrita deste trabalho é uma ilustração da insistência que o Projeto Escuta representa dentro do curso de Psicologia. Insistência da qual participam os extensionistas – grupo no qual me incluo – e a nossa coordenadora, a professora Valéria Maia Lameira. A nossa passagem pelo Escuta se sustentou a partir de uma questão que o percurso da graduação nos permitiu construir, qual seja, sobre como o psicólogo pode atuar na clínica a partir do referencial psicanalítico e o que ele pode oferecer àqueles que o buscam em situação de sofrimento.

Se formos recordar o que se espera de um psicólogo e das expectativas em torno do que podemos fazer, elas vão na direção de alguém que tem as respostas, alguém que sabe o que fazer, como solucionar uma queixa de dor psíquica. Sobre a formação do psicólogo, o projeto pedagógico do curso de psicologia, conta com diferentes abordagens para tratar o sofrimento psíquico. Durante nossa formação, em sala de aula, fomos apresentados às diferentes formas de conceber o psíquico, que

desembocam em diferentes maneiras de articular uma clínica. Algumas delas têm uma técnica que diz o que e como deve ser feito; elas contam com um saber precedente que permite o conhecimento das condutas humanas e uma intervenção diante do conflito a fim superá-lo, chegando a um equilíbrio, o bem-estar, a cura (GÓES; ROCHA; COSTA-MOURA, 2009).

É entre as matrizes do comportamento, do ser e do inconsciente que os alunos do curso são introduzidos nos referenciais teóricos que dão sustentação à clínica. Quando somos apresentados à psicanálise nas disciplinas que abordam o sujeito a partir das formações do inconsciente, nos perguntamos sobre como pode o psicólogo atuar a partir de tal sustentação teórica, de que a realidade do sujeito que interessa é sua realidade psíquica.

Nós estudamos Freud, lemos suas asserções sobre o funcionamento psíquico e sua proposta teórica, lemos os casos clínicos, tomamos conhecimento do movimento psicanalítico e apresentados a Lacan, somos instigados a voltar a Freud para ler o que nos escapou, o que escapou as duas gerações depois de Freud, que o inconsciente é irreduzível.

O eixo do ensino aossa em alguns o desejo de escutar além do que a “pessoa” fala, e neste ponto o Projeto Escuta, – que funcionou ininterruptamente de 2002 até meados de 2018 – ação da extensão, abre um espaço que estende a prática de estágio supervisionado, permite ao aluno maior percurso prático supervisionado.

Até 2002, os alunos do curso interessados em uma prática clínica orientada pela psicanálise só podiam fazê-lo durante o estágio obrigatório, atividade dos dois últimos semestres da graduação. Com a finalidade de ampliar a possibilidade dessa prática aos alunos para além do contexto do estágio, a professora Valéria Maia Lameira, supervisora do estágio em clínica, começou a construir a proposta que viria a ser o Projeto Escuta, do qual seria a coordenadora.

O objetivo do Escuta era oferecer atendimento psicológico a segmentos da população ludovicense cujas condições financeiras dificultavam o acesso a esse tipo de atendimento. Após o trabalho de construção e a tramitação na instituição, o Projeto Escuta foi aprovado pela Resolução nº 259 (cf. Anexo A) do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFMA (CONSEPE) de 20 de novembro de 2002, e passou a funcionar no Núcleo de Psicologia Aplicada (NPA), um órgão de apoio didático-científico vinculado ao Departamento de Psicologia da UFMA e voltado às atividades

de estágio curricular dos alunos do curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1997).

De acordo com os princípios que regem a transmissão da psicanálise, a participação dos alunos no projeto Escuta estava condicionada a um pedido de entrada por escrito à coordenadora, que levava em consideração seu percurso nas disciplinas que fundamentam teoricamente uma prática clínica em psicanálise, a saber, Teorias do Inconsciente I, II e III que englobam, respectivamente: I) a teorização de Freud, feita a partir de uma prática, sobre o inconsciente, o recalque, a sexualidade e a pulsão; II) A história do movimento psicanalítico, passando por alguns dos autores que seguiram a teorização freudiana e os dissidentes. “Totem e tabu” (1913), “A história do movimento psicanalítico” (1914), “O mal-estar na civilização” (1930); III) Apresentação da releitura que Lacan faz da teoria de Freud; o inconsciente freudiano e o aparelho psíquico; pulsão e linguagem; o inconsciente estruturado como linguagem. As disciplinas Teorias e Técnicas Psicoterápicas I e II traziam os fundamentos clínicos-conceituais da prática clínica na psicanálise, como a atenção flutuante, a associação livre, a posição do analista na direção do tratamento e o manejo clínico da transferência visto a partir dos casos clínicos.

Contudo, passar pelas disciplinas do campo da psicanálise nos enchia muito mais de questões do que de respostas. Assim, participar do projeto, colocar-se na posição de “morto” para estar com um outro que vem pedir ajuda quanto ao seu sofrimento, logo nos era revelado que não dependia exclusivamente de nosso êxito curricular. Mais que isso, não escapou ao estagiário e extensionista a importância de seguir a recomendação de Freud (1996h) sobre o praticante – que aqui podemos ler como o psicólogo que se propõe a trabalhar com a psicanálise – dever submeter-se, ele mesmo a um trabalho de fala, a uma análise pessoal, modo como se é afetado pelos fenômenos que tanto estudamos na teoria psicanalítica, onde damos testemunho da existência do inconsciente a partir de nosso próprio tratamento analítico.

Devemos entender a análise não como uma obrigação, mas um dever, ainda que academicamente não se possa obrigar um discente a iniciar um tratamento psicanalítico. Contudo, diante de nosso compromisso com o Projeto e do rigor frente a teoria psicanalítica, estar em análise era um dever, uma responsabilidade em face do trabalho a que nos dispúnhamos bancar. A teoria nos ensina que apenas alguém

que tenha passado pela experiência de análise se torna sensível a receber e trabalhar com o material analítico sem preconceitos (FREUD, 1996g).

Quando iniciávamos o trabalho no Projeto Escuta, a confrontação com a iminência de uma clínica e a participação durante a supervisão em grupo juntos dos colegas com mais percurso no projeto, resultava em uma interrogação sobre se o que assimilávamos da teoria até aquele ponto seria suficiente para sustentar uma prática. Por conta disso, além da análise, o estudo – individual e em grupo – era momento fundamental durante a experiência no Escuta. O estudo trazia a fundamentação teórica, a discussão; a possibilidade também de nos dirigirmos a alguém que tem experiência, manejo clínico – a professora Valéria Maia Lameira, cujo trabalho se vincula a uma instituição, a Associação Escola de Psicanálise do Maranhão (AEPM) – e formularmos as nossas questões.

O Escuta cumpriu com compromisso e responsabilidade social o requisito de colocar a serviço da comunidade o discurso que circula na universidade, o discurso teórico alicerçado em uma bibliografia (cf. Anexo B) específica estudada, composta sobretudo por obras de Freud e Lacan. Ainda, nos encontros de supervisão, lugar dos relatos de casos clínicos, tínhamos a oportunidade de interrogar a teoria sobre que encaminhamento dar em cada atendimento, questões que geralmente eram o elemento propulsor de nossos estudos. Uma espécie de estudo dirigido de uma prática.

Dentro dessa esfera de estudo, nós contávamos com o Grupo de Pesquisa Transmissão da Clínica Psicanalítica – Laço Social, fundado pela professora Valéria Maia Lameira, com o propósito de aprofundar o estudo de textos de Freud e Lacan com interesse nas questões da transmissão da clínica psicanalítica e do sujeito do inconsciente. Esse grupo contava com a participação de alunos da graduação (nem sempre eram estagiários e extensionistas), mestrandos e psicólogos atuantes. Assim, o Laço Social somou com o Escuta; pesquisa e extensão atuantes mantendo a psicanálise viva com trabalho, publicação de artigos e apresentação de trabalhos em eventos, potencializando a dimensão formativa que um projeto de Extensão pode ter para discente e docentes.

A supervisão era um momento muito importante dentro de da dinâmica de funcionamento do Escuta, uma vez que nos permitia aprender com a prática, trazer questionamentos sobre como atuávamos não só durante a condução dos casos, mas também em todas as outras atividades. Toda e qualquer atividade estava sujeita a ser

interrogada na supervisão. A supervisão não era o momento do certo e do errado, essa foi umas das primeiras concepções que deixamos de lado. Ela permitia termos notícias de nossa própria implicação nas atividades do Projeto, atividades com as quais nós nos havíamos comprometido.

Em relação à condução dos casos, a supervisão era o momento em que nos interrogávamos sobre diversos aspectos, dentre eles, a questão transferencial: como se estabelece a transferência quando a pessoa se dirige a uma instituição? Qual a questão de cada caso, o que cada usuário do projeto nos pedia partir de sua fala: qual a demanda? A partir disso podíamos tentar organizar a nossa escuta. Qual a proposta, dentro da psicanálise, quando nos disponibilizamos para escutar alguém? Como nós conseguíamos articular essa proposta dentro do Projeto Escuta?

Um tratamento psicológico sob o referencial psicanalítico se dá a partir da importância que é dada à fala do paciente, que não é abordada de qualquer maneira. Consultando Freud (1996d), constatamos que no tratamento analítico, a regra fundamental é a associação livre. Esse preceito se expressa na tarefa que o paciente tem de falar o que lhe vier à cabeça, sem guardar nada para si, mesmo que considere o que vai ser dito sem importância ou ainda que deseje retê-lo por vergonha, reserva ou medo.

Quando nos confrontamos com essa regra dentro da especificidade do Escuta, que é atender pessoas de segmentos carentes da sociedade, nos defrontamos muitas vezes com pessoas com dificuldade para falar, isto é, essas pessoas tinham algumas dificuldades em encadear uma narrativa sobre os sofrimentos que as levaram a buscar atendimento. Como podíamos possibilitar então, esse trabalho de associação livre? A nossa conduta era um pouco mais ativa quando os pacientes tinham essa dificuldade em falar. A tentativa, nesses casos, era de abrir as questões para que o usuário pudesse situá-las na fala, continuar com suas associações. Se notávamos que ele conseguia prosseguir com o trabalho de fala, nossas interrupções eram mínimas.

Se a associação livre é a tarefa do paciente, do lado de quem escuta deve haver a atenção flutuante, um método que ajuda a lidar com grande quantidade de pormenores, datas, informações e lembranças trazidas nos relatos dos neuróticos. Manter a atenção flutuante ou “uniformemente suspensa” (FREUD, 1996d) significa não a direcionar, não fazer julgamento de valor sobre nada que aparece em uma fala – não caberia a quem escuta dar um sentido ou um direcionamento ao material. Toda

forma de opinião pré-concebida deve ser abandonada, deve ser evitada qualquer tentativa de organização do material, qualquer tipo de estabelecimento de relações de maneira arbitrária por quem dirige a escuta. Nós devemos deixar que a determinação inconsciente nos guie na escuta:

[...] sei que é pedir muito, não apenas do paciente, mas também do médico, esperar que abandonem seus propósitos conscientes durante o tratamento e entreguem-se a uma orientação que, apesar de tudo, ainda nos parece 'acidental'. Mas posso responder que se é recompensado toda vez que se resolve ter fé nos próprios princípios teóricos e se persuade a não discutir a orientação do inconsciente ao estabelecer elos de ligação (FREUD, 1996b, p. 104).

O acidental que nós podemos ler aqui significa nos guiar pela determinação do inconsciente que encontramos no encadeamento da fala do paciente. Associações, nexos que não esperaríamos encontrar em nossas relações cotidianas com as pessoas. O peso dado a fala durante uma prática analítica é totalmente diferente, por exemplo, do que o peso que damos a fala de um amigo durante uma conversa descontraída.

Se pudermos dar mais um passo na teoria psicanalítica, veremos que a constituição das regras da associação livre e da atenção flutuante são, na verdade, consequências da sobredeterminação do inconsciente, a partir da qual esperamos encontrar nexos entre as mais incongruentes associações ou ainda os conteúdos que acreditaríamos ser os mais superficiais e sem relevância em outros contextos. Sobredeterminação, se pensarmos a partir da teoria dos sonhos, é a possibilidade de um aspecto do conteúdo manifesto do sonho – aquele ao qual temos acesso através do sonho contado – representar mais de um dos pensamentos oníricos latentes (FREUD, 1996a).

Quando uma pessoa procurava por atendimento através do Projeto e iniciava as entrevistas com um dos extensionista, era muito comum uma certa ansiedade por uma resposta. Nós ouvimos muito as questões “o que devo fazer?”, “como devo agir?”, “O que o senhor acha sobre isso?” ou “eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre isso, eu sempre falo aqui, queria escutar algo de você”. Essas questões representam uma concepção genérica a respeito do psicólogo e da forma que ele atua, isto é, espera-se que o psicólogo saiba, que ele se utilize de métodos e técnicas para aplacar o sofrimento psíquico, que lhe seja possível indicar caminhos e prescrever conselhos. Todavia, o caminho dentro de um tratamento analítico não é

esse, nós nunca podemos responder a esse tipo de questão que os pacientes formulam. Na verdade, cabe a reflexão quanto a nossa formação em psicologia, se nos levaria a um patamar no qual pudéssemos definir o que é melhor ou pior para outra pessoa.

Se partimos do princípio de que o eu é dividido, de que ele não é uma unidade de vontade unívoca e de que os sintomas de que os pacientes se queixam representam também uma forma de satisfação, veremos que qualquer orientação de tratamento que situe como objetivo o bem da pessoa, sua melhora ou cura concebida dentro de uma norma de “bem-estar”, é colocada em xeque (GÓES; ROCHA; COSTA-MOURA, 2009).

O que se esperava de um tratamento no Projeto Escuta era o acolhimento do sofrimento psíquico que geralmente mobilizava os sujeitos a buscarem atendimento. O acolhimento se dava a partir da possibilidade de fala sobre as situações mobilizadoras de sofrimento, sem tirar do sujeito a dimensão da responsabilidade por seu posicionamento diante de tal circunstância.

O senso comum tem a expectativa de que o psicólogo acolha a pessoa, que diga que tudo vai ficar bem, que as soluções estão ali. No caso de nossa prática, o acolhimento significava que quem escuta se faz presente, isto é, nós demonstrávamos, a partir de uma escuta atenta e responsável, que o paciente podia contar conosco ao longo do processo de sofrimento.

Freud (1996e) afirma que antes de aceitar um paciente em tratamento, ele o aceitava por um período provisório de entrevistas preliminares, a partir do qual avaliaria a possibilidade de se fazer um tratamento analítico. No Escuta, o nosso caminho passa por um dispositivo do NPA chamado de triagem, a partir do qual, era avaliada a possibilidade de continuidade do atendimento psicológico.

O funcionamento no Núcleo de Extensão da Vila Embratel (NEVE)¹, por sua vez, tinha algumas especificidades. O atendimento no NEVE era caracteristicamente emergencial, isto é, abertura de espaço de fala a alguém em sofrimento psíquico, no qual fazíamos, no primeiro atendimento, o acolhimento da

¹ Em 2013, o Escuta também passou a operar no Núcleo de Extensão da Vila Embratel (NEVE), também conhecido como Adolescento, no qual funcionam várias ações de Extensão. O professor Francisco de Jesus Silva de Sousa do Departamento de Psicologia da UFMA (DEPSI) havia encerrado o estágio em Psicologia Social que desenvolvia no NEVE e convidou a professora Valéria Maia Lameira a incluir o NEVE como campo de atendimento do Escuta. No NEVE, o Escuta passou a ter um público formado majoritariamente por mulheres jovens em situação de maternagem e crianças.

queixa. Caso o paciente retornasse, havia a possibilidade de ser iniciado um tratamento.

No texto “Sobre o início do tratamento”, Freud (1996e) nos coloca que o material pelo qual se inicia um tratamento é indiferente, a única exigência feita é que o paciente conte tudo que lhe vier à cabeça – a associação livre. Os primeiros sintomas e formas de resistência devem ser levados como uma expressão muito especial sobre sua neurose. Qual o momento que marca o fim da fase preliminar do tratamento? “A resposta a isto só pode ser: somente após a uma transferência eficaz ter-se estabelecido no paciente, um *rapport* apropriado com ele” (FREUD, 1996e, p. 154).

O trabalho com um segmento mais carente da população implicava na observação de que as pessoas que se dirigiam ao Escuta geralmente não estavam habituadas a passar por essa experiência de falar sobre sua própria história, de ser dado peso a fala. Nós mesmos, quando começamos um trabalho de análise, temos um tempo para entrar no processo. Então era preciso um tempo para que esse processo se desse. Esse tempo também era importante para nós enquanto extensionistas, já que nos permitia ter noção do que cada pedido de tratamento trazia como questão. Nós tínhamos de receber a fala do paciente sem fazer nenhum tipo de julgamento pré-concebido. O estabelecimento do *rapport* implica a construção de um tipo de relação que possibilite a alguém se incluir quando conta a própria história. Qualquer intervenção que tentasse desvendar o significado por trás dos sintomas e associações do paciente devia ser abandonada. A nossa intervenção nesse primeiro momento era só no nível de permitir que o paciente prosseguisse com suas associações.

Esse tipo de relação que se constrói durante o tratamento e que permite sua efetivação se chama transferência. A transferência é o fenômeno que dá sustentação ao tratamento analítico e, apesar disso, também funciona como a mais forte forma de resistência a ele. (FREUD, 1996c).

A resistência se coloca quando o paciente deixa de seguir a regra básica do tratamento – a associação livre – assim uma interrupção abrupta das associações pode representar uma manifestação da resistência. O trabalho dentro do processo analítico é de falar, rememorar a história. Nossa atividade enquanto extensionistas era de possibilitar a quem nos procurasse um espaço em que a fala seria a condutora do tratamento.

Quando a via da lembrança não está disponível devido à resistência, o paciente tende a repetir. Essa repetição inclui a pessoa do médico, que passa a ser incluída na série de objetos do paciente. O que ele repete?

A resposta é que repete tudo o que já avançou a partir das fontes do reprimido para sua personalidade manifesta - suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter. Repete também todos os seus sintomas, no decurso do tratamento (FREUD, 1996f, p. 167).

Vemos que a repetição pode ser uma espécie de bússola que nos mostra as manifestações do recalado. Durante as supervisões de casos clínicos, sempre erámos questionados sobre o que se repete na fala, quais as palavras que insistem em comparecer no discurso de um usuário do projeto? Se seguirmos o fio do discurso deste, como ele tende a se posicionar em relação a fala? São mais questões que apenas a atenção flutuante pode colher.

A partir das questões apresentadas, tentamos demonstrar os caminhos que deve fazer um graduando de Psicologia para sustentar uma prática clínica sob o referencial da psicanálise, e o que a comunidade de fora do muro da Universidade acessa quando um projeto de extensão é posto em funcionamento. Acreditamos ter mostrado como o Projeto Escuta, sua inserção na comunidade, expressa uma das funções essenciais das instituições públicas, que é a de manter um laço com a comunidade – propiciando benefícios à comunidade – mas também à Universidade e aos discentes e docentes que formulam um saber a partir de uma prática voltada para o social.

Como vimos no capítulo anterior, a repercussão sobre a formação dos discentes é uma das diretrizes dos projetos de Extensão, isto é, a partir da participação em um projeto espera-se que o extensionista amplie seu universo de referências, entre em contato com os problemas sociais contemporâneos. O contato com a comunidade deve levá-lo a pensar em novas formas de intervenção que reasentem a importância de questionamentos de ordem ética e política, o que reforça o viés cidadão da formação universitária.

Nesta medida, é que o curso de Psicologia da UFMA, com o incentivo à extensão, ao espaço para uma prática clínica supervisionada, cumpre com um de seus objetivos que é, “Oferecer formação teórica, prática e de pesquisa necessária à graduação de profissionais na área de Psicologia capazes de atender às demandas da realidade psicossocial do País e especialmente do Estado do Maranhão” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014, p. 38).

Como o Escuta pôde contribuir com a formação dos alunos do curso de psicologia da UFMA? O encaminhamento que articulamos para a indagação que justifica a escrita deste trabalho passa pelo texto “A questão da análise leiga”, no qual Freud (1996g, p. 220, grifo do autor) nos diz:

O preparo para a atividade analítica de modo algum é fácil e simples. O trabalho é árduo, grande a responsabilidade. Mas qualquer um que tenha sido analisado, que tenha dominado o que pode ser ensinado em nossos dias sobre a psicologia do inconsciente, que esteja familiarizado com a ciência da vida sexual, que tenha aprendido a delicada técnica da psicanálise, a arte da interpretação, de combater resistências e de lidar com a transferência - qualquer um que tenha realizado tudo isso *não é mais um leigo no campo da psicanálise.*

Ao final de nossa escrita, concluímos com Freud (1996g), como se dá a formação de alguém que queira se preparar para uma prática psicanalítica: com percurso teórico em uma Instituição Psicanalítica, submissão ao trabalho de análise, trabalho de transferência, além de supervisão com analistas mais experimentados. Uma vez advertidos quanto a esses pontos, afirmamos o caráter significativo para o graduando que pratica uma clínica supervisionada no Projeto de Extensão Escuta, onde tem a oportunidade de se confrontar com seu pedido e deixar de ser *leigo*.

4 CONCLUSÃO

Nós vimos que a prática de Extensão é uma via de mão-dupla que possibilita interação entre Universidade e comunidade e produz um novo saber a partir da interação desses dois atores. Para os discentes, ela é um momento de formação muito importante, já que implica em uma articulação do saber teórico com os problemas sociais em uma intervenção na sociedade.

O Projeto Escuta foi um exemplo desse tipo de Extensão e possibilitou a várias pessoas de segmentos carentes da sociedade ludovicense o acesso a atendimento psicológico.

Ao longo do percurso de graduação, nos encontramos várias vezes com a seguinte asserção: a atuação em psicologia sempre depende de uma fundamentação. Ao contrário do que revela o senso comum, o psicólogo não é apenas alguém que gosta de escutar. O psicólogo clínico escolhe uma teoria, isto é, ele adota uma concepção do fenômeno humano. Podemos citar, como exemplos dessas concepções, a teoria cognitivo-comportamental, a abordagem centrada na pessoa, a terapia analítico comportamental. A adoção de uma delas, implica em determinado modo de atuar na clínica.

O Projeto Escuta revela sua importância para a formação dos discente por ser, dentro do curso de Psicologia da UFMA, a possibilidade de conhecer e vivenciar como os psicólogos podem se utilizar do referencial psicanalítico para articular a direção de um tratamento.

A passagem pelo Projeto Escuta se deu para mim devido a um incômodo pessoal. A Universidade nos enche de saberes, leituras de mundo, possibilidades de intervenção. Mas como podemos confrontá-los com a realidade? Como podemos fundamentar uma atuação a partir de um saber?

Esse questionamento, aliado a consideração sobre a realidade do Maranhão, no qual poucas pessoas têm acesso ao atendimento psicológico, acesso que é ainda mais reduzido quando se trata dos segmentos de baixa renda de nossa população, nos leva refletir sobre que tipo de abordagem os psicólogos têm dado a sua prática.

Participar do Projeto Escuta possibilitou não só a vivência de uma prática supervisionada a partir da psicanálise ou ainda a interação entre o mundo acadêmico e o mundo onde as pessoas vivem, trabalham, resistem – a comunidade. Essa

experiência permitiu vislumbrar a responsabilidade que é atuar como psicólogo – o peso que é dado a palavra. Quando sondei a professora Valéria sobre a possibilidade de Estágio em Clínica a partir da psicanálise, a resposta foi “vamos trabalhar”. Assim encaro a passagem pelo Projeto Escuta: a possibilidade de construção de um trabalho. Assim, pude me dar conta de que a atuação enquanto psicólogo a partir da psicanálise é possível, mas não ocorre sem a nossa formação. Ninguém é obrigado a trabalhar com a psicanálise, mas quando peço para ser inserido nesse trabalho, se torna meu dever a formação, a análise, o estudo e a supervisão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. **Do humanismo ao assistencialismo: o CRUTAC no estado militar (1966-1985) (O caso do Rio Grande do Norte e do Maranhão)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

BESSA, C. et al. É pro interior, vamos expandir de qualquer jeito: algumas reflexões sobre a interiorização em uma universidade federal. In: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITÁRIA/BR POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: a expansão privado-mercantil em questão, 23., 2015, Belém. **Anais...** Belém: [S.n.], 2015. p. 452-467.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Presidência da República. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, 23 nov. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm>. Acesso em: 22 ago. 2018.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. **Diário Oficial [da] União**, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 22 ago. 2018

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. (Coleção Extensão Universitária).

_____. Carta de Florianópolis/SC. In: ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, 42., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [S.n.], 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/CARTA_DE_FLORIANOPOLIS.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

FREITAS NETO, J. A. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, n. 3, p. 62-70, jun./set. 2011. Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

FREUD, S. (1900). A Psicologia dos processos oníricos. In: _____. **A interpretação dos sonhos**. Parte II. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. 5, p.541-645.

_____. (1911). O manejo da interpretação de sonhos na psicanálise. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição Standard brasileira das

obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. 12.

_____. (1912). A dinâmica da transferência (1912). In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. 12, p. 111-119.

_____. (1912). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. v. 12, p. 125-133.

_____. (1913). Sobre o início do tratamento. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. v. 12, p. 139-158.

_____. (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996f. v. 12, p.

_____. (1926). A questão da análise leiga: conversação com uma pessoa imparcial. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996g. v. 20, p. 175-248.

_____. (1937). Análise terminável e interminável. In: _____. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996h. v. 23, p. 231-270.

GÓES, M. I; ROCHA, E. de C.; COSTA-MOURA, F. A regulamentação, a psicanálise e as psicoterapias. In: ALBERTI, S. et al. **Ofício do psicanalista: formação vs. regulamentação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 89 - 97.

LEDA, D. et al. Crise econômica e interiorização na UFMA: repercussões sobre o trabalho docente em alguns campi do continente. In: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR DÍVIDA PÚBLICA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, 24., 2016, Maringá. **Anais...** Maringá: [s.n.], 2016. p. 733-748.

MOITA, F. M. G. S. C. M; ANDRADE, F. C. B. Ensino, pesquisa e extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, mai./ago., 2009. p. 269 - 283.

SCHEIDEMANTEL, S. E.; KLEIN, R.; TEIXEIRA, L. I. A. A importância da extensão universitária. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2, 2004, Belo Horizonte/MG. **Anais...** Belo Horizonte, 2004. p. 1 – 6.

SILVA, J. A. M. **CRUTAC**: a história da Extensão Universitária da UFMA no município de Codó no período de 1972 a 1979. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária a partir de seus interlocutores**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). Departamento de Psicologia. **Projeto Político Pedagógico**: Curso de Psicologia. São Luís, 2014. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/MGemD6J4YatwNtg.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). Departamento de Psicologia. **Regimento do Núcleo de Psicologia Aplicada – NPA**. São Luís, 1997.

ANEXOS

ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 259/2002-CONSEPE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966

RESOLUÇÃO Nº 259-CONSEPE, de 20 de novembro de 2002.

Aprova Projetos de Extensão.

O Vice Reitor da Universidade Federal do Maranhão, na qualidade de **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e tendo em vista o que decidiu este Conselho em sessão desta data;

RESOLVE:

Art. 1º

Aprovar os Projetos de Extensão, a seguir relacionados:

I - Processo nº 3967/2001 – Sorria aprendendo voleibol: uma Pedagogia da Intenção a Ação – UFMA 2001, do Departamento de Educação Física.

II - Processo 0430/2002 – Tópicos de Filosofia Contemporânea: revisão da bibliografia disponível e produção textual, do Departamento de Filosofia.

III - Processo nº 1757/2002 – Coreografando o cotidiano: a dança um caminho para a reconstrução da cidadania das mães/adolescentes da Vila Embratel, do Departamento de Artes.

IV - Processo nº 2794/2002 – Escuta na Área de Psicologia Social, do Departamento de Psicologia.

V - Processo nº 3087/2002 – Programa em saúde bucal para pacientes Oncológicos, do Departamento de Odontologia II.

Dê-se Ciência. Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 20 de novembro de 2002.

Prof. JOSÉ AMÉRICO DA COSTA BARROQUEIRO
Presidente em Exercício

COMPROMISSO COM A EXCELENCIA

ANEXO B – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Bibliografia Básica

- **FREUD, S.** Análise finita e infinita. In: FREUD, S. *Obras completas*, XXIII (1937/1969). Rio de Janeiro: Imago.
- **FREUD, S.** Construções em análise. In: FREUD, S. *Obras completas*, XXIII (1937/1969). Rio de Janeiro: Imago.
- **LACAN, J.** Seminário 1 – Os escritos técnicos de Freud. 1953-1954. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- **LACAN, J.** Seminário 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bibliografia Complementar

- **FREUD, S.** Artigos sobre a técnica. In: FREUD, S. *Obras completas*, XII (1911-1915 [1914] / 1969). Rio de Janeiro: Imago.
- **FREUD, S.** ‘Uma criança é espancada’: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: FREUD, S. *Obras completas*, XVII (1919/ 1969). Rio de Janeiro: Imago.
- **FREUD, S.** ‘Um estudo autobiográfico. In: FREUD, S. *Obras completas*, XX (1925 [1927]/ 1969). Rio de Janeiro: Imago.
- **FREUD, S.** Psicanálise ‘selvagem’. In: FREUD, S. *Obras completas*, XI (1910/1969). Rio de Janeiro: Imago.

Outras referências poderão ser acrescentadas conforme o funcionamento da prática.

- **FREUD, S.** Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: FREUD, S. *Obras completas*, XVII (1919 [1918] / 1969). Rio de Janeiro: Imago.
- **FREUD, S.** A questão da análise leiga. In: FREUD, S. *Obras completas*, XX(1926/1969). Rio de Janeiro: Imago.
- **FINGERMAN, D.** O que se espera de um analista. Texto livre.
- **JORGE, M.A.** O boquiaberto. Texto livre.
- **LACAN, J.** Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a ‘Verneinung’ de Freud. In: LACAN, *Escritos*. 1998. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- **LACAN, J.** Seminário XV – O ato analítico. 1967-1968. Belo Horizonte: Livraria do psicólogo e educador Ltda.